

— 449 —

Não quero discutir as razões que possa ter o Senador Assis Chateaubriand em defender a tese do livre comércio para o nosso petróleo, nem os fundamentos em que se baseia o Deputado Pedro Braga para julgar acertada a tese do monopólio estatal. Respeito as opiniões espostas.

Se neste plano tivessem ficado os argumentos, não estaria, como disse, ocupando esta tribuna.

Infelizmente, porém, descambou o orador para as ofensas pessoais, e esta a razão por que venho tomar a atenção da Casa, para esclarecer que o Senador Assis Chateaubriand foi por nós, do Partido Social Democrático do Maranhão, indicado ao eleitorado, que o elegeu em pleito livre, por maioria esmagadora de votos.

Batemo-nos nesse pleito com os nossos adversários oposicionistas, que tiveram como aliados os comunistas, sendo certo que para a capital do meu Estado se fez transportar o estado-maior dos vermelhos, inimigos acérrimos do Senador maranhense.

Mais de uma centena de partidários de Prestes ali tomou parte no pleito de que saiu vitoriosamente vencedor o Sr. Assis Chateaubriand.

Não usurpou mandato, antes este lhe foi confiado pelo povo livre do Maranhão, que, em 1958, posso afirmar, o reelgerá Senador. Isto declaro a esta Casa por mim, pela Seção do Partido Social Democrático no Maranhão e pelo seu grande Chefe — o Senador Vitorino Freire.

Sentimo-nos, nós pessedistas maranhenses e, estou certo, a maioria do povo de minha terra, satisfeitos com a atuação do Senador Chateaubriand, que defende sempre com o maior ardor os nossos problemas do nosso Estado.

Este, Sr. Presidente, o nosso pensamento, que é o pensamento da maioria do povo maranhense que aqui representamos. (*Muito bem*).

O SR. TACIANO DE MELO —
(Lê a seguinte comunicação) —

Sr. Presidente, passarei à Mesa um projeto de lei que pela sua importância e oportunidade carece do mais decidido apoio desta Casa; trata-se de complementar a Constituição e decretos relativamente à mudança da Capital Federal para o Planalto Goiano.

Ainda é de hoje a entrevista dada aos jornalistas desta cidade, em caráter coletivo, pelo eminente Presidente da Comissão, Marechal José Pessoa, a qual, por si só, justificaria a medida legislativa ora pleiteada.

Projeto de real importância e absoluta necessidade, fruto do desejo sadio de ver assegurado o esforço até agora despendido, representa a súplica das decisões a que chegaram em meu Estado aqueles que acompanham os trabalhos da Comissão.

Associo-me a eles nesta hora — e certamente também a totalidade do Congresso Nacional — pugnando por esta medida legislativa que virá contribuir decisivamente para a solução deste problema que é pedra basilar da nossa emancipação política e econômica, sendo também fator da maior importância para a segurança da nossa Pátria.

Sr. Presidente, passo a ler, para publicação no *Diário do Congresso* as entrevistas concedidas ao "O Globo" ao "Correio da Manhã" e ao "O Jornal", pelo Marechal José Pessoa que preside com patriotismo, inteligência e eficiência a comissão dos trabalhos relativos à mudança da Capital Federal:

**"A NOVA CAPITAL FEDERAL
SERÁ CONSTRUÍDA SEM
MAIORES ÔNUS**

A valorização progressiva dos terrenos de propriedade do Estado garantirá os recursos indispensáveis à construção da nova cidade — Declarações do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão que deter-

— 450 —

minou a localização da nova sede do Governo no Planalto Central — “E preciso que os brasileiros reconheçam que não se pode mais adiar a solução do problema”.

Formulando veemente apêlo aos brasileiros, “para que reconheçam que não se pode mais adiar a solução do problema da mudança da capital da República”, para o planalto central, o Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Planejamento do novo Distrito Federal acentuou: “Essa mudança será um dos mais notáveis acontecimentos da história brasileira porque encerra a maior oportunidade de uma ressurreição político-econômica e administrativa, e ao mesmo tempo, abrirá as portas da imortalidade ao grande patriota que concretizar a ciclópica e consagrada obra de construção da futura metrópole brasileira”.

Falando à imprensa, em seu gabinete, o presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, Marechal José Pessoa, prestou detalhadas informações sobre os trabalhos e estudos executados, para determinação do local mais apropriado, para a instalação da nova sede do Governo Federal. As conclusões foram unânimes na indicação da área de terra do planalto goiano, cognominado, pelo saudoso general Poli Coelho, como o “Planalto da Unidade Nacional”. A solução alcançada pelos técnicos, indicando a área da futura Capital Federal foi aceita unânimeamente, tendo o relatório da Comissão sido aprovado pelo presidente da República, em despacho do dia 8 de setembro de 1955, à base do parecer do Consultor Ceral da República.

O sítio escolhido está situado num extenso chapadão, com

cêrca de mil quilômetros quadrados, já demarcados e declarados de utilidade pública pelo governador do Estado de Goiás. Tôdas as condições necessárias à instalação de uma metrópole moderna — clima sêco, potencial hidrelétrico suficiente, mananciais de água abundante, solo fértil, declividade indispensável ao escoamento de águas pluviais e usadas, localização — encontram-se na área escolhida.

Entretanto, esclarece o Marechal José Pessoa, para facilitar a construção da nova cidade, urge ligar o mais breve possível o sítio ao litoral, por meio de eixos rodoferroviários, destacando-se, como o mais urgente, a construção de uma variante da BR-14, ou trans-brasileira considerada a obra rodoviária mais importante do país até a área demarcada. Essa rodovia, em face da construção, deve ser apressada e nesse sentido temos dirigido exposição de motivos às autoridades competentes. Além disso, devem ser levadas até a zona delimitada para a futura capital do país as estradas de ferro Paulista, Central do Brasil e Goiás.

Quanto aos problemas de energia elétrica, águas, esgoto, saneamento e planejamento urbano, os estudos estão em suas mãos tendo sido executados pelas subcomissões técnicas.

Depois de oferecer informações sobre as providências já solicitadas pela Comissão, o Marechal José Pessoa acentuou que a futura Capital Federal poderá ser construída sem ônus para os cofres públicos mediante a valorização progressiva e crescente dos terrenos desapropriados, que poderão ser loteados e vendidos, revertendo os lucros ao Governo”.

— 451 —

**“NÃO PODERÁ SER ADIADA
A MUDANÇA DA CAPITAL**

Presta contas o Marechal José Pessoa do que fez em 1955 na presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal — Proposto novo nome para o organismo, na segunda fase de suas atividades — Bem sucedidas tôdas as medidas até agora tomadas.

Continua trabalhando intensamente a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, sob a presidência do Marechal José Pessoa. A concretização desse velho ideal de todos os brasileiros parece não estar distante. É, pelo menos, a convicção de todos, uma vez que se trata de imperativo constitucional e já se tomaram providências, adequadas, com trabalhos preliminares, todos bem sucedidos. A respeito desses trabalhos, ouvimos o Marechal José Pessoa. Do que nos disse o ilustre militar terá notícia o leitor, num relato de atividades referentes ao primeiro ano de sua gestão.

Inicialmente, disse o Marechal:

— Apresento-me ante a imprensa do meu país para prestar contas ao povo brasileiro do que se fez na C.L.N.C.F. durante o ano de 1955, primeiro ano de minha gestão. Após servir mais de 50 anos ao Exército, fui convidado pelo Presidente João Café Filho, em outubro de 1954, para assumir a presidência da C.L.N.C.F. Aceitei com entusiasmo o honroso mas espinhoso cargo, olhando tão-somente os superiores interesses da coletividade. Idéia secular debatida por eminentes técnicos e homens públicos através da imprensa, da tribuna e do rádio, chave, ao meu ver, de tôdas as demais realizações brasileiras, a transferência da Capital Federal para

o Planalto Central corporifica o velho sonho da marcha para o Oeste, só possível com a concretização desse grande empreendimento.

Plano de Ação

Continuou o Marechal Pessoa:

— Assumindo a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, lancei um programa inicial, de que decorria um plano de ação para os nossos trabalhos, que vêm sendo desenvolvidos com pleno êxito. De início, os trabalhos de Donald J. Belcher contribuíram decisivamente para a solução do problema e nos ajudaram a escolher o sítio da futura Capital. O mesmo, entretanto, já não se pode dizer quanto à delimitação do território do futuro Distrito Federal, quando deu aquela firma solução inadequada. Ocorreu-nos, então, intervir e submeter o caso à consideração dos membros da nossa Subcomissão de Estudos e Demarcação do Território do futuro Distrito Federal, que, após estudos cuidadosos, escolheram a área desejada e traçaram os seus limites, elegendo o território que constituirá o futuro Distrito Federal no Planalto Goiano, que o saudoso e eminente general Poli Coelho tão apropriadamente cognominou de “Planalto da Unidade Nacional”. Uma das grandes vantagens da nossa solução foi incluir, nos seus limites, além de rico e fertilíssimo solo, os rios Prêto e Descoberto, corrigindo-se, assim, a ligeira deficiência de água notada no sítio escolhido, para servir de sede à futura Capital, com apenas 400 litros “per capita” (solução Donald J. Belcher & Ass. Inc.), quando é sabido que, nas cidades modernas, a média é de 450 litros por pessoa. É fato que as

— 452 —

necessidades da vida moderna cada vez mais exigem o emprego do precioso líquido, quer para a higiene individual, quer para uso em parques, jardins, piscinas, etc.

Concordância Geral

— A solução brasileira, hoje consagrada, já com os terrenos declarados de utilidade pública e de conveniência ao interesse social para efeito de desapropriação, pelo patriotismo do Governador do Estado de Goiás, foi recebida sem restrições pela firma contratante e, assim, tudo terminou com a concordância de todos — prosseguiu o presidente da C.L.N.C.F. — O sítio escolhido está situado num extenso chapadão, circundado, a nordeste, pelos vales dos rios Torto e Bananal, e a sudeste, pelo ribeirão do Gama e Riacho Fundo, delimitando ao centro, em altitude mais elevada uma área de bela configuração topográfica, com cerca de 1.000 quilômetros quadrados. O terreno é de suave declividade, o que facilita o serviço de esgoto e abastecimento de água, pelo escoamento, por gravidade, das águas pluviais e residuais, jogadas nos mananciais acima citados, que vão desaguar a leste no volumoso Paranoá que, a pouca distância além, deságua no rio São Bartolomeu, afluente do rio Corumbá, pertencentes à bacia do Prata. Esse local oferece oportunidade para a instalação de usina hidrelétrica com despesas mínimas de transmissão, graças à circunstância de haver, às portas da cidade, a bela cachoeira do Paranoá, além de outras, com potência suficiente para os seus primeiros anos de vida (dez a quinze anos) permitindo fornecimento de luz e força a baixo preço. A estas vantagens se alia o clima sêco, am-

no e solubérrimo daquele futuro centro urbano, a cerca de 1.150 metros sobre o nível do mar, que fará da nova capital do Brasil um lugar ideal para se viver e trabalhar, cercado de belos panoramas e magníficos horizontes: escolhidos o sítio da capital e a área do futuro Distrito Federal, enfeixamos em um relatório os resultados dos nossos trabalhos. O Presidente da República, em despacho de 8 de setembro de 1955, baseado no parecer do Consultor Geral da República, homologou as decisões da C.L.N.C.F. e ordenou que se prosseguisse na tarefa.

As Comunicações

— O estudo do importantíssimo plano das comunicações que devem convergir para a futura Capital, com articulações com os demais Estados da Federação, através do Plano Geral de Viação Nacional, desenvolveu-se de modo altamente satisfatório. Para facilitar a construção e a mudança da Capital, urge ligar o mais breve possível o seu sítio ao litoral por meio de eixos rodoviários, que já se acham em franco andamento e que devemos prosseguir com força crescente até que tenhamos atingido o fim. Não há nada mais urgente neste particular do que a rodovia BR-14. A propósito, temos diligenciado, quer junto ao Sr. Ministro de Viação e Obras Públicas, quer através de exposições de motivos ao Senhor Presidente da República, para que sejam levadas, até o sítio da futura Capital, uma variante da rodovia BR-14 ou Transbrasiliana, as estradas de ferro Paulista e Central do Brasil e o prolongamento da E. F. Goiás, a partir de Anápolis. Para isso, temos insistido sobre o valor extraordinário da estrada referida BR-14, consi-

— 453 —

derada a espinha dorsal do país, cuja conclusão é urgente, pois é uma via altamente econômica e absolutamente imprescindível à segurança nacional. Não sei de nenhuma rodovia do Plano de Viação Nacional que possa ser de maior benefício ao Brasil do que a BR-14. Ela abrirá regiões previamente esquecidas, aproximará os brasileiros do Norte e do Sul desenvolverá as grandes riquezas existentes no seu trajeto, permitirá que retomemos a nova marcha rumo ao Oeste e obrigará a expansão das barreiras econômicas e territoriais em direção ao interior, estabelecendo-as sobre posição avançada e permitindo ainda a intercomunicação entre o sistema rodoviário do Norte com o do Sul. O problema da penetração se operará, então, por meio das transversais (já planejadas no Plano Geral de Viação Nacional), que, partindo do litoral, vão ligar-se ao tronco referido, removendo-se, assim, a eterna deficiência de ligações entre as diversas regiões do país. Aliás, o sistema rodoferroviário, que deverá ligar imediatamente a futura cidade às capitais estaduais irradiando de Vera Cruz para todos os Estados da Federação, foi estudado e planejado pela nossa competente Subcomissão de Comunicações. No tocante ao aproveitamento dos rios, no que eles representam na sua importância econômica e de navegabilidade as grandes bacias do rio Amazonas, do Paraguai, do São Francisco, do Paraná e de outros menores, de considerável importância para suas regiões, poderão aguardar sua própria evolução.

Outras Providências

Continuando, declarou o Marechal José Pessoa:

— Conseguimos também do Governo do Estado de Goiás, a

construção, no sítio da capital, de um campo de aviação de 2.700 metros de pista, cuja realização se deve, em grande parte, à tenacidade e ao patriotismo do Vice-Governador de Goiás, Sr. Bernardo Saião. As Subcomissões de Energia Elétrica; de Água, Esgoto e Saneamento; de Planejamento Urbanístico, apresentaram importantes e proveitosos estudos, que aguardam oportunidade para a sua concretização. Além de tudo isso, enviamos ofício ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização fazendo sugestões e pedindo providências para o estabelecimento de uma corrente imigratória selecionada para o Planalto Central; solicitamos do atual Ministro da Guerra a transferência de um Batalhão de Engenharia do Exército para Formosa, a fim de colaborar na construção da Ferrovia Pirapora-Formosa; sugerimos e justificamos o nome histórico de Vera-Cruz para a nova capital, aliás, entusiasticamente acolhido pelos nossos historiadores e pela imprensa; solicitamos a colaboração do Governo de Goiás para a demarcação da área do futuro Distrito Federal e do perímetro da nova capital e encarecemos as autoridades do Ministério da Agricultura a instalação, no sítio em questão, de um posto de observação meteorológica (medição pluviométrica, temperatura, umidade, ventos, nebulosidade etc.), bem como ao Conselho de Águas e Energia Elétrica a colocação de réguas de medição das águas e delimitações de seções em todos os rios que vão suprir do precioso líquido a nova capital. Todas estas providências foram atendidas e ora estão em andamento. Sobre os recursos para a construção da cidade, podemos adiantar que os estudos feitos a grosso modo nos deram re-

— 454 —

sultados positivos, sem ônus para os cofres públicos mediante a venda progressiva e valorização crescente dos terrenos desapropriados. É ao Governo que cabem os lucros fabulosos que resultarão da venda desses lotes, pois a valorização provém de atos do Governo e das importantes obras públicas que ali vai ele realizar.

— Para a segunda etapa, que já iniciamos neste ano, havia necessidade de uma nova composição de motivos, encarecemos ao Presidente da República novo decreto de organização da Comissão, ora em vigência, transformando o C.L.N.C.F. em Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal.

Apêlo

Concluiu o Marechal:

— Aproveito a ocasião para dirigir um apêlo a todos os brasileiros, para que reconheçam que se não pode mais adiar a solução deste problema vital, tão angustiante êle se apresenta. Será um dos mais notáveis acontecimentos da história brasileira, porque encerra a maior oportunidade de uma ressurreição político-econômico-administrativa e, ao mesmo tempo, abrirá as portas da imortalidade ao grande patriota e eminente homem público que concretizar a ciclópica e consagrada obra da construção da futura metrópole brasileira”.

“Mudança do Distrito Federal

A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL NÃO TRARÁ ÔNUS PARA OS COFRES PÚBLICOS

Fonte de recursos: venda progressiva e valorização crescente dos terrenos desapropriados

priados — O novo Distrito Federal ficará no Planalto Goiano, a 1.150 metros acima do nível do mar — Os meios de transporte.

“A construção da nova capital da República, segundo estudos feitos a grosso modo, não trará ônus para os cofres públicos, adotando-se o recurso da venda progressiva e valorização crescente dos terrenos desapropriados. É ao governo que cabem os lucros fabulosos que resultarão da venda desses lotes, pois a valorização provém de atos do governo e das importantes obras públicas que ali vai ele realizar”, declarou ontem o presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, Marechal José Pessoa, em entrevista coletiva concedida à imprensa a propósito das atividades dessa comissão no ano de 1955.

O Sítio Escolhido

Informou o Marechal José Pessoa que, após estudos cuidadosos foi escolhida e delimitada, para a localização da Capital Federal, a área desejada. Fica no Planalto Goiano, o território que constituirá o futuro Distrito Federal. Uma das grandes vantagens dessa escolha foi a inclusão, nos limites desse território, além do rico e fertilíssimo solo, os rios Preto e Descoberto, com o que haverá a possibilidade de abastecimento de 450 litros diários de água *per capita* para os habitantes da futura capital, média essa verificada nas cidades modernas de hoje.

O sítio escolhido, por outro lado (acrescenta) tem cerca de mil quilômetros quadrados. O terreno é de suave declividade, o que facilita o serviço de esgoto e abastecimento de água pelo escoamento, por gravidade,

— 455 —

das águas pluviais e residuais, jogadas em determinados mananciais, que vão desaguar a leste do rio Paranoá, afluente do São Bartolomeu, sendo este último, por sua vez, afluente do rio Corumbá, pertencente à bacia do Prata.

Usina Hidrelétrica

Afirmou o Marechal José Pessoa que o local oferece oportunidade para a instalação de uma usina hidrelétrica, com despesas mínimas de transmissão, graças à circunstância de haver, às portas da cidade, a bela cachoeira do Paranoá, além de outras com potência suficiente para os seus primeiros anos de vida (dez a quinze anos), permitindo fornecimento de luz e força a preço baixo. A essas vantagens se alia o clima seco, ameno e salubérrimo daquele futuro centro urbano, a cerca de 1.500 metros acima do nível do mar, que fará da nova capital do Brasil um lugar ideal para se viver e trabalhar, cercado de belos panoramas e magníficos horizontes.

Meios de Transporte

— Para facilitar a construção e a mudança da capital — acentua o Marechal José Pessoa — urge ligar o mais breve possível o seu sítio ao litoral por meio de eixos rodoferroviários, que já se acham em franco andamento e que devemos prosseguir com força crescente até que tenhamos atingido o fim. Não há nada mais urgente, nesse particular, do que a rodovia BR-14. A propósito temos diligenciado, quer junto ao Ministro da Viação, quer através de exposições de motivos ao Presidente da República, para que sejam levadas, até o sítio da futura capital, uma variante da

rodovia BR-14 (ou transbrasiliana) as estradas de ferro Paulista e Central do Brasil e o prolongamento da E. F. Goiás, a partir de Anápolis. Para isso, temos assistido sobre o valor extraordinário da estrada referida BR-14, considerada a espinha dorsal do país, cuja conclusão é urgente, pois é uma via altamente econômica e absolutamente imprescindível à segurança nacional. O problema da penetração se operará, então, por meio das transversais (já planejadas no Plano Geral de Viação Nacional), que, partindo do litoral, vão ligar-se ao tronco referido, removendo-se, assim, a eterna deficiência de ligações entre as diversas regiões do país.

‘No tocante ao aproveitamento dos rios (declara), não que eles representam na sua importância econômica, e de navegabilidade, as grandes bacias do Amazonas, do Paraguai, do São Francisco, do Paraná e de outros menores, de considerável importância para suas regiões, poderão aguardar sua própria evolução’.

Nova composição da Comissão

Finalizando, disse o Marechal José Pessoa: “Para a segunda etapa, que já iniciamos neste ano, havia necessidade de uma nova composição do órgão executor. Por isso em exposição de motivos, encarecemos ao Presidente da República novo decreto de organização da comissão, ora em vigência, transformando a comissão referida em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal”.

A propósito do resultado dos trabalhos da comissão, esclareceu o Marechal José Pessoa que, escolhido o sítio da capital e a área do futuro Distrito Fe-

— 456 —

deral enfeixou-se em um relatório o resultado dessas atividades, havendo o Presidente da República em despacho de 8 de setembro de 1955, baseado no parecer do Consultor Geral da República, homologado as decisões da comissão e ordenado que se prosseguisse na tarefa”.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Passa-se ao grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Corrêa da Costa.

O SR. CORRÊA DA COSTA * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para manifestar e reafirmar, perante a Nação, ponto de vista há muito por mim estabelecido, no que se refere ao controvertido e sempre apaixonante assunto do petróleo brasileiro, cuja exploração e industrialização constituem monopólio do Estado.

A meu ver, o Estado brasileiro seguiu os melhores rumos ao traçar sua linha de ação na política petrolífera, pelas razões que terei oportunidade de expender no decorrer deste discurso. Em primeiro lugar, por uma questão de justiça, de compensação aos esforços e sacrifícios financeiros feitos pela Nação e despendidos na pesquisa do tão ambicionado combustível, pois somente o Estado, somente a Nação, em trabalhos porfiados, foi o descobridor, o pioneiro da descoberta do petróleo, quando era livre a qualquer empresa particular dedicar-se a esse custoso e perigoso empreendimento — perigoso no sentido dos riscos do capital aplicado.

O Brasil esperou muitos e muitos anos que a livre iniciativa dos trustes internacionais, tão eudeusada nos dias correntes, possuidores e concessionários que foram de áreas para pesquisas petrolíferas,

empregasse aqui seus astronômicos recursos financeiros e sua indiscutível experiência técnica no desenvolvimento dos nossos campos de petróleo.

O Sr. *Georges Galvão* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CORRÊA DA COSTA — Com muita satisfação.

O Sr. *Georges Galvão* — Estamos ouvindo com todo respeito e grande alegria os conceitos que Vossa Ex.^a emite da tribuna em função de “o petróleo é nosso”, da campanha que foi bandeira do Presidente Getúlio Vargas. Mas não podemos deixar de lembrar ao Brasil as intrigas jogadas sobre o nosso Partido em razão da coincidência de ponto de vista dos adeptos do Partido Comunista relativamente à tese que V. Ex.^a tão bem está defendendo.

O SR. CORRÊA DA COSTA — Realmente, a iniciativa do monopólio estatal coube ao saudoso Presidente Vargas. Os comunistas esposaram *a posteriori*, essa linha política do Governo brasileiro. Já desde 1938, quando membro do Conselho Nacional do Petróleo, reconheci a necessidade imperiosa do estabelecimento do monopólio estatal. Por que essa minha convicção? Porque os capitais nacionais eram insuficientes para o desenvolvimento de indústria tão dispendiosa. Assim, convenci-me da necessidade do estabelecimento da linha seguida pelo nosso Governo.

O Sr. *Mário Martins* — Desejo apenas pedir a atenção da Casa. V. Ex.^a está falando sobre assunto da mais fundamental importância para o País, sem qualquer discriminação partidária...

O SR. CORRÊA DA COSTA — Exato.

O Sr. *Mário Martins* — ... interpreta o pensamento da UDN. De fato; foi a UDN, o nosso partido que, em reunião memorável, resolveu não apenas ficar com a fórmula

* Não foi revisto pelo orador.